

## **O TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE**

**Adriana Duarte – UFMG**

[dri-duarte@uol.com.br](mailto:dri-duarte@uol.com.br)

**Resumo:** Este artigo analisa a produção acadêmica (dissertações e teses) sobre o trabalho docente tendo como campo de estudo as escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, no período entre 1986 e 2006. Neste intervalo de tempo foram encontradas nove dissertações. Para análise desses trabalhos observou-se a questão de pesquisa; o percurso epistemológico; as categorias-chaves utilizadas; a opção metodológica; a abrangência do estudo; as principais conclusões. Buscou-se relacionar a análise das dissertações e teses com a produção teórica existente no campo específico do trabalho docente.

**Palavras-chave:** trabalho docente; produção acadêmica; rede municipal de ensino de Belo Horizonte

Este artigo foi produzido tendo como base a Pesquisa: “O estado do conhecimento: produções acadêmicas sobre a rede municipal de ensino de Belo Horizonte (1986-2006)”<sup>1</sup>, por meio da análise das dissertações referentes ao eixo temático “Trabalho Docente”<sup>2</sup>.

Neste eixo foram classificadas nove dissertações<sup>3</sup> de mestrado, concentradas no período de 1990 a 2003, que foram agrupadas em cinco subtemas: Organização do trabalho docente; Gestão Escolar e Trabalho Docente; Saúde do Trabalhador Docente; Perfil Docente; Novas Tecnologias e Trabalho Docente.

O presente artigo apresentará a análise dessas nove dissertações por meio do mapeamento da questão de pesquisa/objeto de investigação; o percurso epistemológico e a opção metodológica utilizados pelos autores; a abrangência dos estudos realizados; os principais achados e as contribuições das pesquisas no campo educacional.

### **Panorama das investigações**

As nove investigações sobre o trabalho docente catalogadas pela Pesquisa: “O estado do conhecimento; produções acadêmicas sobre a RME-BH (1986-2006)”, foram defendidas no período de 1990 a 2003, e propuseram como recorte temporal para estudo os anos de 1988 a 2003.

Essas pesquisas se reúnem em um mesmo eixo temático, organizado em cinco subtemas e apresentam abordagens e análises do trabalho docente por ângulos e referenciais distintos. Os

pesquisadores utilizaram conceitos advindos da ciência política, da sociologia do trabalho e das organizações, da psicologia do trabalho, da ergonomia, da política educacional e administração escolar e das teorias multiculturalistas, a fim de aplicá-los ao estudo da docência entendida como uma forma particular de trabalho sobre o humano.

Em relação aos métodos, prevaleceu a utilização da abordagem qualitativa, e nessa perspectiva dois pesquisadores, Cunha (2003) e Machado (1990), optaram pela pesquisa etnográfica. Entre os demais pesquisadores que decidiram pela pesquisa qualitativa, encontram-se Domingues (1997), Fardim (2003), Fernandes (2002), Gonçalves (1992), Gonçalves (2003) e Nascimento (2002), que utilizaram como instrumentos a entrevista semi-estruturada, a observação direta e a pesquisa documental. No caso de Domingues (1997), foi utilizado também para coleta de dados o questionário semi-aberto. Esses trabalhos realizaram em sua maioria estudos de caso, procurando tratar as questões relativas ao trabalho docente à luz de experiências concretas. Nesse sentido, dedicaram-se à análise da realidade específica de determinadas escolas da RME-BH e, pela sua natureza de estudo de caso, não permite generalizações, mas seus resultados servem de referência para pensar outros espaços congêneres. Somente Rocha (1996) realizou uma pesquisa quantitativa, abrangendo um universo maior de docentes, como veremos posteriormente.

As pesquisas classificadas no primeiro subtema versam sobre a organização da escola e o trabalho docente e contém três dissertações. A primeira pesquisa foi defendida em 1990 e se intitula: “Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso”, de Antônio Machado. Essa investigação foi realizada no final da década de 1980 e estabeleceu o recorte temporal em dois períodos, sendo o primeiro, de setembro a dezembro de 1988, e o segundo, de fevereiro a abril de 1989. O objetivo do autor foi examinar a luta pela democratização da escola pública, efetivada no movimento real das práticas sociais escolares. Deu-se ênfase à organização do trabalho escolar como expressão do projeto político-pedagógico e administrativo dominante, como principal instância na qual ocorre o confronto entre diferentes interesses na unidade escolar. A intenção manifesta do autor era averiguar como se concretiza, na organização escolar e nas ações dos sujeitos inseridos na escola, a luta pela democratização. Propôs ainda identificar se o projeto político-pedagógico contribui para o avanço democrático e/ou entrava essa luta.

A dissertação de Machado (1990) evidencia como o trabalho escolar se organizava naquele momento de redemocratização, como se dava a divisão social do trabalho entre os sujeitos

trabalhadores no espaço da escola e o tipo de relação predominante entre eles. Desta forma, o autor buscou demonstrar a hierarquização e a disciplina como formas de controle tanto dos trabalhadores da educação como dos estudantes, reproduzindo as relações sociais de produção.

Essa dissertação mostra o espaço da escola como um lugar de tensão, de luta e ao mesmo tempo *locus* de possibilidades. Machado (1990) reforça o espaço da escola como um espaço de trabalho e política, sem negar os constrangimentos colocados e constantemente renovados pela ordem social, nem os limites das lutas no interior da escola, no que tange aos resultados auferidos.

O autor concluiu que, embora resultantes de processos de luta, as conquistas não contribuíram muito para a democratização das decisões na escola e foram desviadas em sua direção política, mais motivadas por interesses corporativistas. Mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, o autor assinala que esse processo também significou um importante momento de reflexão sobre a possibilidade do exercício democrático no espaço escolar e se constituiu em um germe de luta coletiva.

A segunda dissertação que compõe esse subtema, denominada de “Trabalho docente em equipe: tramas e processos vivenciados e significados atribuídos – a experiência do projeto de educação dos trabalhadores – PET”, do mestrando Cunha, defendida em 2003, teve como período de pesquisa o primeiro semestre de 2001, quando realizou em campo cinco meses de pesquisa etnográfica. Segundo o autor, essa pesquisa teve como objeto: desvelar “como” se dá o trabalho coletivo realizado no cotidiano escolar, enfocando um grupo de professores envolvidos com um projeto específico de uma determinada escola, e os significados que esses docentes atribuem a essa perspectiva de prática pedagógica.

A observação da prática profissional dos professores levou Cunha (2003) a concluir que a constituição de um quadro mais permanente de professores é um fator importante para a realização de um trabalho em equipe, uma vez que esse trabalho implica o estabelecimento de vínculos de trabalho, a interação dos sujeitos e de suas subjetividades.

Segundo a análise de Cunha (2003), os significados que emergem da perspectiva de trabalho em equipe apresentam tanto dimensões do individual como do coletivo docente, e ainda trazem uma dimensão que é do social. O autor considera que a dimensão individual está relacionada a situações de trabalho vivenciadas por vários professores, mas que se

apresentavam como uma condição particular. O significado coletivo ou social aparece nas ocasiões em que o trabalho realizado é sistematizado para ser socializado, abrindo-se aos interessados nas questões da construção de um trabalho colado ao concreto da vida dos professores, da sua relação também com a inclusão dos sujeitos alunos, jovens e adultos. De acordo com Cunha (2003), o trabalho vivenciado coletivamente apresenta, então, uma condição de implicação dos professores em dar conta de criar condições de inclusão de si mesmos e dos alunos.

A terceira e última dissertação desse subitem foi defendida em 2003 por Vinícius Fardim, que a intitulou “Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da Escola Plural”. O autor buscou identificar as mudanças ocorridas no processo de trabalho docente, com base na organização dos ciclos de formação da Escola Plural, no município de Belo Horizonte.

O autor, ao apresentar o debate, discorre historicamente sobre a gestão educacional na RME-BH, mostrando-a como uma das precursoras no processo de escolha dos diretores pela comunidade escolar e implantação dos ciclos de formação. Nesse quadro, o autor insere a discussão das reformas educacionais dos anos 1990, confrontando-a com os eixos norteadores do Programa Escola Plural e os seus pressupostos teóricos.

Em relação ao trabalho docente e à política educacional, Fardim (2003) tece considerações sobre os efeitos produzidos pelas transformações no processo de trabalho docente na Escola Plural. Considera que a organização em ciclos e as novas prescrições pedagógicas conduzem ao redimensionamento e à ampliação do trabalho docente. As condições objetivas de trabalho não correspondem às mudanças exigidas pelo novo perfil profissional.

O autor conclui que a ampliação das exigências sobre a atuação docente dos professores conduz a novas atribuições além da docência, tais como participar da gestão da escola e da integração à comunidade. Nesse sentido, tem ocorrido a ampliação de responsabilidades dos professores sobre o sucesso ou o fracasso dos alunos e acréscimo, intensificação de trabalho, o que os conduz às situações de desgaste, cansaço e esgotamento. Para finalizar, Fardim (2003) demarca ser necessário levar em consideração, na proposição de medidas políticas, a mudança das condições de trabalho, de forma a não ocorrer impedimento na implantação de programas inovadores como o da Escola Plural.

O segundo subtema, “Gestão escolar e trabalho docente”, agrega duas dissertações que vão analisar, respectivamente, os conflitos gerados na escola e o trabalho do diretor. A primeira, denominada de “Administração de conflitos na escola”, de autoria de Dalva Gonçalves, foi defendida em 1992. O estudo procurou investigar a origem e a natureza dos conflitos escolares e as formas como são administrados no sentido de mudanças educacionais.

Entre as categorias de análise, conceitos e idéias básicas explorados pela autora, destacam-se: o conflito em perspectivas teóricas distintas; a qualificação dos conflitos como de ordem estrutural e natureza conjuntural; os focos do conflito, divisão do trabalho, organização individualista do trabalho, corporativismo, educação e mudança social; a educação escolar conservadora e a educação escolar progressista ou transformadora. Os resultados da pesquisa foram divididos por Gonçalves (1992) em três subseções: Origem e natureza dos conflitos; Forma de administrar os conflitos; Relações entre conflitos e mudanças.

Na primeira, os conflitos foram categorizados, pela autora, em relação à origem, ou seja, divergências de opiniões e atitudes, estrutura socioeconômica das famílias, reflexos sociais na escola, ausência de comunicação, complexidade da escola. As divergências de opiniões e atitudes constituem a origem primeira dos conflitos. As discrepâncias no processo ensino-aprendizagem são geradoras de conflitos entre alunos-professor e pais-escola.

Na segunda subseção, a autora apresentou as opiniões dos entrevistados favoráveis ao encaminhamento de soluções para os conflitos. Em relação à responsabilidade pelas decisões em situações de conflito, a maior parte dos entrevistados considerou que o grande peso das decisões encontra-se em nível global da escola. Os fatores externos à escola (imposição da administração do sistema, sobrecarga de tarefas burocráticas e falta de autonomia das escolas) foram interpretados por uma minoria de entrevistados como obstáculos ao encaminhamento de soluções.

Na última subseção, Gonçalves (1992) apurou que existe uma relação positiva entre conflitos e crescimento da escola. Os conflitos, conclui a autora, embora sejam vistos como desejáveis, sadios, fatores de dinamismo e crescimento, devem ser administrados adequadamente.

Em suas conclusões, a autora afirma existir relação efetiva entre conflito e mudança e menciona essa relação como o motor do crescimento qualitativo da escola. A seu ver, a escola pode progredir ou retroceder, dependendo do processo social que se desenvolva na administração do conflito. As conclusões de Gonçalves (1992) se atêm à perspectiva do

conflito e sua administração como propulsores, de um lado do crescimento qualitativo e das mudanças da escola e, de outro, da melhoria das relações de trabalho, ambos nos marcos da sociedade capitalista. Nesse sentido, a autora adota uma perspectiva de análise usual na área de administração de empresas e desenvolvimento gerencial, em programas de treinamento e capacitação de gestores, que se tornou comum nas escolas, no contexto em que a pesquisa foi realizada. A abordagem política do conflito que se origina das relações sociais de produção fica ausente das perguntas da pesquisa, das respostas dos informantes e das análises da autora.

A segunda dissertação incluída no subtema “Gestão escolar e trabalho docente” é a de Luiz Fernandes, “Participação do diretor de escola da PBH no desenvolvimento da Escola Plural”, defendida em 2002. O objeto de investigação dessa pesquisa centrou-se no papel do diretor de escola da RME-BH na formulação e na implementação da Proposta Político-Pedagógica da Escola Plural. Os sujeitos da pesquisa foram os ocupantes de cargos ou funções do alto escalão da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1996, e os diretores de escolas que foram eleitos ou indicados para o biênio 1993/1994 e reeleitos para o biênio 1995/1996. O recorte temporal da pesquisa foi, portanto, o momento da implementação do Programa Escola Plural na Rede Municipal de Belo Horizonte.

Fernandes (2002) partiu do pressuposto de que, em decorrência de a Escola Plural ter sido formulada e implantada como uma proposta de intervenção radical na estrutura e na cultura do sistema escolar da Prefeitura de Belo Horizonte, os diretores de escolas, sobretudo aqueles que já haviam ocupado o cargo nos anos de 1993 e 1994, em função da experiência acumulada, deveriam ser considerados parceiros estratégicos nessa inovadora proposta de reforma educacional.

No entanto, Fernandes (2002) constatou que os formuladores e os implementadores de tal proposta político-pedagógica foram os profissionais integrantes das equipes da SMED (Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Departamentos de Educação das Administrações Regionais e Coordenação de Política Pedagógica), desconsiderando a direção de escola como cargo mais alto na estrutura hierárquica das escolas e liderança constituída a partir do voto direto por suas respectivas comunidades escolares.

O não-reconhecimento da categoria de diretores como parceiros estratégicos para a formulação e a implantação da Escola Plural contribuiu, segundo Fernandes (2002), para o

incremento de sentimentos de ansiedade, medo e tensão, reforçando, assim, a instalação de focos de resistência à proposta político-pedagógica em questão.

Outro resultado encontrado pelo autor refere-se ao peso da contribuição dos projetos pedagógicos já existentes na RME-BH no combate à cultura da exclusão, no documento final da Proposta Político-Pedagógica da Escola Plural. Fernandes (2002) considera que foi propagado pela equipe elaboradora que a proposta pedagógica da Escola Plural acolhia a síntese das experiências bem-sucedidas, realizadas pelas escolas municipais de Belo Horizonte. Contudo, por meio das informações obtidas entre os entrevistados, o autor concluiu que apenas 20% ou 30% das experiências elaboradas e implementadas nas escolas municipais serviram de referência para a formulação dessa proposta.

A pesquisa levou Fernandes (2002) a concluir que o projeto Escola Plural não teve o suporte financeiro necessário para a sua viabilização. Ressalta um investimento tímido, inadequado e desarticulado realizado pela SMED, para a capacitação e a formação dos profissionais para atuarem nas equipes pedagógicas. Registra que um número reduzido de escolas municipais criou essas equipes, em razão das inúmeras dificuldades operacionais para empreendê-las. O autor analisa que a dificuldade em se efetivar essas duas estratégias comprometeu bastante o processo de implantação da proposta.

Os resultados encontrados por Fernandes (2002) mostram que a não-inclusão da categoria de diretores, como um todo, no processo de elaboração do Projeto Escola Plural trouxe dificuldades de assimilação da proposta, aceitação e implantação pelas comunidades escolares. Segundo o autor, a inclusão dessa categoria, desde o início do processo de formulação da proposta, poderia ter facilitado a implementação do projeto, tornando esses diretores parceiros na condução da proposta e na mobilização da comunidade escolar.

O terceiro subtema foi denominado de “Saúde do Trabalhador Docente”, tendo sido encontradas duas dissertações, uma de 1997 e outra de 2003. A primeira, denominada de “Impactos do trabalho na saúde de docentes”, de autoria de Dinéa Domingues, teve como objetivo estabelecer as relações entre o adoecimento de professores e as exigências postas pelo seu processo de trabalho.

Domingues (1997) elegeu como sujeitos da pesquisa as professoras de 1ª a 4ª séries da RME-BH, ou seja, foi feito um recorte de gênero, considerando que nessa etapa de ensino é preponderante a presença das mulheres. A autora declarou a intenção de observar aspectos do

processo de trabalho dessas professoras que necessitavam ser considerados e estudados para se chegar aos elementos específicos do desenvolvimento do trabalho que impactam a saúde.

Segundo Domingues (1997), os dados foram colhidos por meio de aplicação de questionários que foram respondidos por 61 professoras, sendo 16 desviadas de função por laudo médico e 45 exercendo atividades de docência, em um universo de 5.473 professores da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1995. A autora esclarece que se realizou um estudo exploratório, sem possibilidades de se fazer muitas inferências sobre o universo pesquisado, diante do número reduzido de professoras que aceitou participar da investigação.

No que se refere às situações e circunstâncias relacionadas ao trabalho que afetam a saúde das professoras, as dimensões eleitas pela autora foram: desgastes esculpido no corpo; queixas e sintomas relacionados ao trabalho, perfil de doenças prevalentes, as cargas de trabalho, as possibilidades de saúde e resistência ante o trabalho docente. Ainda segundo Domingues (1997), essas situações puderam ser verificadas nos prontuários médicos relativos aos afastamentos do trabalho, que apresentavam os diagnósticos, o número de licenças médicas e os dias de licença por doença/ano, além das respostas das professoras aos questionários aplicados no decorrer da pesquisa.

Nos resultados e conclusões da pesquisa, Domingues (1997) constata a insuficiência de estudos que analisem o uso pedagógico e a apropriação dos espaços escolares, em suas salas de aula, pátios, corredores e murais. Segundo a autora, nesses espaços, registram-se ações de vandalismo, abandono, indiferença de uso e descaso do poder público. Ela conclui que a falta de um ambiente prazeroso e saudável de trabalho e suas conseqüências sobre o trabalho e a saúde dos docentes ainda está por ser estudada com mais profundidade.

Para a autora, a atenção às condições de saúde das professoras se situa na contradição posta, de um lado, pela ambição contida nas políticas e nos planos educacionais (internacionais, nacionais e locais), e, de outro, pelas possibilidades reais de realização dessas políticas e mudanças no cotidiano escolar. Domingues (1997) especifica que, se prevalecerem as formas de organização do trabalho que se perpetuam nas escolas, as condições de saúde das professoras pouco poderão ser alteradas.

A dissertação de Domingues (1997) mostrou que os problemas de saúde das docentes estavam focalizados apenas no âmbito individual, ou seja, as marcas do trabalho docente refletidas na saúde das professoras não eram entendidas como uma doença profissional, causada pelas



exigências da docência, mas como resultado individual do trabalho. A autora evidenciou que faltavam instâncias coletivas que permitissem a escuta, a troca, a interação entre as professoras sobre os problemas que afetam sua saúde e as relações com o exercício da profissão.

Domingues (1997) ressaltou, em suas conclusões, que essas instâncias coletivas seriam capazes de estimular ou favorecer a expressão do que é vivido e sentido pelas professoras, podendo ajudar no enfrentamento e na superação das situações concretas que as impulsionavam e que provocavam o crescimento de transtornos mentais e psico-afetivos. A autora mostrou ainda que a inexistência de espaços instituídos para o coletivo levou ao estabelecimento de estratégias individuais, como mecanismos de resistência das professoras, para suportar ou conviver com o cotidiano de trabalho. Domingues (1997, p. 94) concluiu que, apesar dos limites do seu trabalho, ela procurou discutir sobre algo que o corpo das professoras já registrava; ou seja, que “o trabalho em condições penosas, e mal remunerado adoece, mata e destrói sonhos de uns e de outros.”

A segunda dissertação do subtema “Saúde do Trabalhador” é de autoria de Gustavo Gonçalves (2003) e foi nomeada de “Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente”. O autor investigou a associação e implicações do uso da voz pelo professor em sala de aula, diante dos condicionantes derivados da organização do trabalho, numa perspectiva da Escola Plural.

De acordo com o autor, as políticas educacionais têm implicações sobre o trabalho docente ao definir alguns aspectos cruciais da vida escolar, como: políticas de formação docente; referenciais curriculares; políticas de financiamento e investimento; e reformas pedagógicas, com reflexos sobre a gestão escolar. Essas políticas educacionais refletem no uso que o professor faz de sua voz em sala de aula, na medida em que definem a organização dos espaços e tempos na escola e demais características da organização do trabalho na escola, incluindo o meio físico.

Gonçalves (2003) identificou as situações que parecem ter efeitos mais imediatos sobre a voz do professor, como: fenótipo vocal, o histórico como docente, os afetos e emoções, o ruído ambiental e a atitude dos alunos em sala de aula. Esses resultados contrariam a hipótese inicial do autor, que considerava que a proposta pedagógica da Escola Plural possibilitaria a uma diminuição da hipersolicitação vocal do professor.

Os professores, sujeitos da pesquisa, segundo Gonçalves (2003), buscam desenvolver estratégias de autopreservação, visando ao controle da solicitação vocal e evitando incorrer em hipersolicitação. Essas estratégias constituem-se em realização de higiene vocal, variações na prosódia, planejamento de aulas, utilização de mímicas, alterações na disposição espacial dos alunos e em evitar a competição sonora. Contudo, o autor alerta que determinantes presentes no trabalho cotidiano dos docentes fazem com que o professor nem sempre possa desenvolver essas estratégias e incorra em hipersolicitação vocal, para atingir os objetivos de sua tarefa diária.

Gonçalves (2003) aponta que a autonomia, tão presente no discurso, viabiliza-se de forma relativa na prática, graças a diversos fatores, como falta de infra-estrutura material, formação docente compatível, ou mesmo controles externos como a avaliação e as expectativas de pais, colegas, alunos, e conteúdos a cumprir. Para o autor, isso acaba levando o professor a repetir velhos esquemas e romper poucas fronteiras porque ainda se sente mais confortável em uma concepção de trabalho pedagógico tradicional. Neste sentido, o autor avalia que alterar essa prática pode significar intensificação do trabalho e aumento da responsabilidade individual.

O quarto subtema, “Perfil Docente”, contém uma única dissertação denominada “Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte”, realizada por Maria da Consolação Rocha e defendida em 1996. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que teve como objetivo realizar uma caracterização das professoras primárias da RME-BH.

A autora buscou obter uma “fotografia” dessas mulheres, com dados relativos à caracterização socioeconômica; trajetória escolar; formação profissional e formação continuada; trabalho docente – tempo e jornada de trabalho, trabalho anterior; trabalho doméstico; aspectos culturais – tempo livre, militância; e significado da profissão. A amostra consistiu em 360 professoras (todas do sexo feminino), lotadas em 27 escolas de Belo Horizonte.

A análise dos dados buscou refletir, segundo Rocha (1996), sobre a situação específica das professoras primárias da RME-BH, suas semelhanças com as mulheres brasileiras que compõem a População Economicamente Ativa (PEA) e com estudos já realizados sobre professoras no Brasil que abrangem essa temática. A análise levou em consideração ainda a perspectiva de gênero, ou seja, o trabalho docente das professoras primárias da RME-BH e as relações sociais entre homens e mulheres.

Rocha (1996) constrói seu percurso epistemológico valendo-se da análise da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e do magistério como uma profissão predominantemente composta de mulheres, discutindo alguns estudos que analisam a inserção da mulher no trabalho e a história da feminização do magistério no Brasil. Com base nesse referencial, analisa os dados coletados sobre o sexo, a idade, o estado civil, a raça, o número de filhos/as, a formação escolar e profissional, o tempo livre e de lazer, o acesso a bens culturais e a participação das professoras das séries iniciais da RME-BH nos movimentos sociais e nas lutas de sua categoria profissional.

Como conclusão, Rocha (1996) considera que a pesquisa quantitativa permitiu obter uma “fotografia” parcial, provisória e datada, sobre as professoras primárias da RME-BH. A autora aponta a necessidade de realização de pesquisas futuras que busquem traçar a história de vida dessas mulheres e suas biografias, o que permitiria compreender com profundidade esses sujeitos.

Rocha (1996) confirmou em sua pesquisa que a feminização constitui a característica mais abrangente do perfil encontrado, mas considerou que as relações entre o universo feminino, o matrimônio e a maternidade carecem de dados qualitativos para aprofundamento da análise.

Segundo a autora, pôde-se constatar que a maioria das professoras é casada e um terço delas não é totalmente emancipada do espaço e controle familiar. O trabalho docente remunerado e o trabalho doméstico estão presentes simultaneamente no cotidiano dessas mulheres. Apesar da boa condição econômica, as professoras das séries iniciais têm usufruído pouco das oportunidades de acesso a bens culturais e dos espaços de lazer da cidade, tendo como explicação o cansaço associado à dupla jornada de trabalho, em casa e na escola. A participação dessas professoras em movimentos sociais se dá, na maioria das vezes, vinculada à religiosidade.

A investigação mostrou ainda, segundo Rocha (1996), um crescente investimento individual dessas professoras na qualificação profissional, embora, contraditoriamente, seja uma demanda quase nula nas suas reivindicações. A autora registra que, para os sujeitos pesquisados, a Escola Plural trouxe uma nova concepção de organização do trabalho escolar, modificando a organização do tempo e do espaço escolar, repercutindo no trabalho dos profissionais da educação e dos(as) alunos(as).

O quinto subtema, “Novas tecnologias e o trabalho docente”, registrou a dissertação de Eucídio Nascimento, “As novas tecnologias educacionais no ensino presencial e suas implicações no trabalho docente: virtualidades reais ou ambivalências virtuais”, defendida em 2002. Trata-se de uma pesquisa teórica e empírica, cujo principal propósito foi analisar as modificações ocorridas no processo de trabalho docente com a inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

O autor buscou verificar a interpretação que o docente dá à inserção de NTIC no seu processo de trabalho, levando em consideração que, sob a ótica capitalista, as novas tecnologias, seja em termos de maquinário, seja em termos organizacionais, priorizam a maximização da produtividade do trabalhador, a melhoria de sua eficácia e a redução dos custos, sem deixar de ignorar uma possível existência de outras perspectivas que poderiam estar presentes no universo educacional. Nascimento (2002) realizou sua pesquisa de campo no ano de 2001, porém estabeleceu como ponto de partida para a análise o período inicial da informatização das escolas brasileiras pelo Programa de Informática na Escola (PROINFO), da década de 1990.

A pesquisa constatou que são poucos os projetos pedagógicos que levam em consideração o uso das NTICs, já que ainda é reduzido o número de professores que possuem conhecimentos específicos ou estão disponíveis para elaborar projetos de trabalho que utilizem tais tecnologias, demonstrando também o desinteresse da instituição escolar em estimular o seu uso pedagógico. Segundo o autor, essa constatação foi importante, visto que tanto a escola da rede particular como as escolas da rede municipal não têm incentivado nem estimulado os seus docentes no uso desses novos recursos. De acordo com o autor, a escola vive um processo de ambivalência entre a incorporação de novos recursos importantes para o processo ensino-aprendizagem e o contexto de dominação representado por essa tecnologia na sociedade contemporânea.

Em relação às possíveis modificações no processo de trabalho docente, Nascimento (2002) constatou que a organização desse trabalho evidencia características do modelo fordista, no qual se privilegia no trabalho a falta de flexibilidade, a divisão do trabalho em tarefas simples e a divisão rígida entre os que ensinam e os que aprendem. Segundo o autor, a introdução das NTICs, quando ocorre, tem acrescentado pouca novidade na forma de se trabalhar. Ou seja, ao não se reorganizar o trabalho pedagógico incluindo a tecnologia ou mesmo não saber utilizar as suas potencialidades, faz-se a mesma coisa de antes com equipamentos mais

avançados. No entanto, Nascimento (2002) registra que os professores consideram que o uso adequado das NTICs intensifica o trabalho docente, aumentando sua carga de trabalho, principalmente o tempo de trabalho não remunerado.

O autor também averiguou não haver diferenciação em termos profissionais ou salariais entre os professores que dominam e os que não dominam as NTICs, em nenhuma das duas redes estudadas (uma pública e outra privada). Considerando esse aspecto, Nascimento (2002) reproduz a indagação dos docentes: por que investir na formação em NTIC, se não se tem um retorno financeiro nem mudanças significativas na organização do trabalho?

Quanto às implicações sociais e educacionais da introdução de NTIC no processo de ensino-aprendizagem, o autor retoma a discussão feita ao longo da dissertação sobre o caráter mercantil da sociedade. Para Nascimento (2002), a aprendizagem com NTIC surge hoje como uma exigência para a formação do aluno-trabalhador nos moldes da Teoria do Capital Humano, ou seja, a compreensão das NTICs é menos valorizada por seus aspectos de aprendizagem e mais valorizada como uma competência exigida pelo mercado para se conseguir um emprego.

A valorização das NTICs, segundo o autor, leva o homem a uma eterna busca de qualificação para responder às exigências do mercado, mas, se pensarmos somente nos seus aspectos mercantis, as NTICs logo se mostrarão um engodo; afinal, elas não são a panacéia do mercado de trabalho. De acordo com Nascimento (2002), isso se configura porque a qualificação e a aprendizagem de competências e habilidades nada significam em um mercado de trabalho em constante retração. O autor finaliza concluindo que, na realidade econômica brasileira, essa questão torna-se delicada, uma vez que a falta de políticas públicas de geração de emprego e renda e o baixo crescimento de nossa economia têm lançado todos os anos milhares de jovens no mercado de trabalho em situação desfavorável.

### **O que nos dizem as investigações sobre trabalho docente na RME-BH**

Como vimos no item anterior, as investigações realizadas sobre a RME-BH, no eixo trabalho docente, estudam a docência em aspectos diferenciados, focalizando-a ou na organização do trabalho escolar, ou no processo de trabalho, ou no desenvolvimento individual e coletivo de atividades, ou nos efeitos para a saúde do professor ou no perfil das professoras das séries iniciais dessa rede.

Os resultados e as conclusões das pesquisas analisadas registram, no período em foco, alguns aspectos convergentes, como: pouca eficácia dos mecanismos institucionais criados para decisão coletiva, como colegiados, reuniões de turno e similares (MACHADO, 1990; GONÇALVES, 1992); dificuldade de se implantar espaços coletivos para discussão, proposição e execução do trabalho docente (CUNHA, 2003; FERNANDES, 2002; DOMINGUES, 1997; GONÇALVES, 2003); distância entre as prescrições postas para o trabalho docente e as condições de trabalho e demandas dos alunos (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992, GONÇALVES, 2003); responsabilização individual dos docentes pelos resultados (DOMINGUES, 1997; FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003); intensificação do trabalho (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003; NASCIMENTO, 2002) e adoecimento dos professores (FARDIM, 2003; DOMINGUES, 1997; GONÇALVES, 2003).

As investigações realizadas sobre o trabalho docente na RMEBH indicaram um distanciamento entre proposições importantes do projeto da Escola Plural, no que diz respeito à reorganização dos tempos e do trabalho dos docentes e às realidades das escolas pesquisadas, como mostraram Fardim (2003) e Gonçalves (2003). No projeto Escola Plural, propunha-se reconfigurar as relações de trabalho existentes entre os profissionais da educação, ao estabelecer novas formas de funcionamento e de afirmação do trabalho coletivo entre os docentes nas escolas. O trabalho coletivo tornou-se uma exigência da Escola Plural, considerando o necessário desenvolvimento de um projeto político-pedagógico para cada unidade escolar, a integração dos docentes em projetos multidisciplinares e o estabelecimento de vínculos mais estreitos com a comunidade.

No entanto, o apelo ao trabalho coletivo não veio acompanhado simultaneamente e com a mesma intensidade de condições de trabalho apropriadas e que propiciem maior implicação do docente, ou seja, ferramentas de trabalho e material didático atualizados, tempo específico para planejamento, salários satisfatórios, formação continuada dos professores. Outros aspectos foram citados por Fardim (2003) e Gonçalves (2003) que afetam a realização do trabalho coletivo, como o número elevado de alunos em sala de aula, as turmas cada vez mais heterogêneas, os horários entrecortados, a sobrecarga de trabalho dos docentes e a estrutura curricular.

A sobrecarga de trabalho e a intensificação do trabalho, identificadas pelas investigações realizadas sobre a RME-BH (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992; GONÇALVES, 2003; NASCIMENTO, 2002), sob perspectivas e enfoques teóricos diferenciados, referem-se tanto

ao trabalho do professor em sala de aula quanto fora da classe. Em relação ao primeiro, trata-se da heterogeneidade das turmas, ou seja, crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais; com dificuldades de aprendizagem; provenientes de diferentes culturas e etnias; vindas de classes sociais desfavorecidas, com demandas sociais diversas, que ultrapassam os objetivos da escola e que não têm como ser atendidas por ela. Em relação ao trabalho além da regência de classe, indicam o aumento de atividades e responsabilidades assumidas pelos professores dedicados a reuniões, planejamentos conjuntos, avaliação processual dos alunos, participação em instâncias coletivas, encontros com pais e comunidade, formação profissional em serviço. No caso da pesquisa que fez o recorte de gênero (ROCHA, 1996), destaca ainda a dupla jornada da mulher, que, além das atividades profissionais, acumula as tarefas de “dona de casa”.

Outra forma de intensificação verificada nas pesquisas (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992; GONÇALVES, 2003) foi a extensão da jornada de trabalho, realizada por meio da “dobra” na mesma escola, ou em outra escola da rede, ou em estabelecimentos escolares da rede estadual ou privada, considerando-se a necessidade de complementação da renda. O desenvolvimento de múltiplas atividades, sem a correspondência das condições de trabalho adequadas, foi considerado pelos pesquisadores como motivos do esgotamento e adoecimento dos professores.

Segundo os autores analisados (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003) os esforços individuais dos professores para acomodar as proposições pedagógicas da Escola Plural à organização real do trabalho nas escolas, considerando as condições de trabalho e as metas de produtividade, podem explicar as queixas de cansaço, adoecimento e licenças dos professores.

As pesquisas revelaram que os professores têm buscado, solitariamente, alternativas para resolver ou amenizar esses problemas (DOMINGUES, 1997) e constantemente são assaltados por dúvidas, incertezas, indecisões, quando não por apatia e por desespero, agravando o sentimento de culpa, quando insucessos são obtidos (SANTOS, 2002). Em alguns momentos, os docentes, para se protegerem, evitam se envolver com questões que não sejam específicas do ensino-aprendizagem e dos “muros da sala de aula”, mantendo também formas mais tradicionais de encaminhar as questões pedagógicas, já conhecidas e dominadas por eles (GONÇALVES, 2003).

Pode dizer, ainda, que nas dissertações analisadas encontram-se aspectos recorrentes que podem ser vistos como tendências do trabalho docente na atualidade, como a intensificação e precarização do trabalho<sup>4</sup>; a exigência do trabalho coletivo; o reforço à idéia do envolvimento da comunidade escolar, nas atividades e decisões da escola e a responsabilização individual dos docentes pelos resultados obtidos pelos alunos. Essas tendências apresentam-se na forma como vêm se organizando o trabalho e a educação no mundo contemporâneo e estão relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho e emprego.

Os estudos analisados sobre o trabalho docente na RME-BH, cada um com seu objeto específico, desvelam, de alguma maneira, os efeitos das reformas sobre o trabalho e a saúde dos docentes. As dissertações exibiram dados empíricos que nos permitem afirmar que a implementação de projetos de reformas educacionais, mesmo aqueles alicerçados em pedagogias mais ativas e críticas, não pode negligenciar as condições reais de trabalho dos professores, sob pena de comprometer o desenvolvimento do próprio projeto, a qualidade do ensino e de provocar a angústia e adoecimento dos docentes.

## Notas

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi coordenada por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa sobre Condição e Formação Docente (PRODOC), da FAE/UFMG, e apresentou como objetivo produzir o “estado do conhecimento” sobre a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH), considerando o tempo de vinte anos (1996-2006). Para o levantamento dessa produção, foram utilizados índices bibliográficos, bases de dados em bibliotecas e fontes da WEB. Os estudos encontrados foram organizados em doze “focos temáticos”, capazes de reunir trabalhos sobre um assunto principal, mesmo que eles apresentassem objetivos e abordagens teórico-metodológicas diferentes. (SOUZA, 2008).

<sup>2</sup> O eixo temático “Trabalho Docente” foi coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Adriana Duarte (GESTRADO/ FaE/UFMG). As dissertações foram analisadas com a colaboração da seguinte equipe técnica: Érica Sarubi; Jacqueline Laranjo; Jacqueline Silva, Jussara Paschoalino; Maria Helena Augusto; Sâmara Araújo; Savana Melo. A análise de cada dissertação gerou um quadro-síntese e uma resenha utilizados na elaboração deste artigo.

<sup>3</sup> Não foi encontrada nenhuma tese de doutorado para este eixo.

<sup>4</sup> Fanfani (2005); Hargreaves (1998); Lessard (2006); Martinez (2003); Oliveira (2003, 2004, 2005, 2006); Tardif e Lessard (2005); entre outros.

## Referências

CUNHA, C. M. *O trabalho docente em equipe: tramas e processos vivenciados e significados atribuídos: a experiência do Projeto de Educação de Trabalhadores – PET*. Dissertação ( Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 224p. Mimeografado.



- DOMINGUES, D. A. *Impactos do trabalho na saúde de docentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997, 194p. Mimeografado.
- FANFANI, E. *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Peru y Uruguay*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- FARDIM, V. L. *Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da Escola Plural*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 259 p. Mimeografado.
- FERNANDES, G. L. *Participação do diretor de escola da Prefeitura de Belo Horizonte no desenvolvimento da Escola Plural*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação. Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2002.137p. Mimeografado.
- GONÇALVES, D. C. *Administração de conflitos na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. 140 p. Mimeografado.
- GONÇALVES, G. B. *Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 164p. Mimeografado.
- HARGREAVES, A. O. *Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura na idade pós-moderna*. Alfragide: Editora McGraw-Hill, 1998.
- LESSARD, C. Regulação múltipla e autonomia profissional dos professores: comparação entre o Quebec e o Canadá. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 44, p. 143-163, dez. 2006.
- MACHADO, A. B. *Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990. 344p. Mimeografado.
- MARTÍNEZ, D. Estudos do trabalho docente. In: OLIVIERA, D. A. *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 75-86.
- MIRANDA, G. V. Experiência de gestão na Secretaria Municipal de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Org.). *Política e trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 157-176.
- NASCIMENTO, E. A. *As novas tecnologias educacionais no ensino presencial e suas implicações no trabalho docente: virtualidades reais ou ambivalências virtuais?* Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. 139p. Mimeografado.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.

\_\_\_\_\_. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1097-1100, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92 esp., p. 753-776, out. 2005.

\_\_\_\_\_. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, dez. 2006.

ROCHA, M. C. *Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. 147p. Mimeografado.

SOUZA, E. S. et al. *O estado do conhecimento: produções acadêmicas sobre a rede municipal de ensino de Belo Horizonte (1986-2006)*. Belo Horizonte, jun. 2008. Relatório de Pesquisa. Mimeografado.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

---